



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL EM CHEQUE! OS MECANISMOS DO CAPITAL COMO ELEMENTOS PREPONDERANTES PARA O ENFRAQUECIMENTO DA CRITICIDADE NA INTERVENÇÃO EMANCIPATÓRIA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL: UMA APROXIMAÇÃO ÀS REALIDADES DO SERVIÇO SOCIAL DE BRASIL E PORTUGAL

Suênya Thatiane Souza de Almeida¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apontar um dos fatores que contribuem para o sucateamento da formação profissional em Serviço Social nos países Brasil e Portugal, bem como apontar os principais elementos que fortalecem esse fenômeno. Pesquisou-se, a evolução sócio-histórica do Serviço Social de ambos os países e, posteriormente, as bases da formação profissional da/o Assistente Social.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Precarização do Ensino; Brasil e Portugal.

Abstrac: This article aims to point out one of the factors that contribute to the scrapping of professional training in Social Work in Brazil and Portugal, as well as to point out the main elements that strengthen this phenomenon. The socio-historical evolution of the Social Service of both countries and, later, the bases of the professional training of the social worker was investigated.

Keywords: Social Service; Professional qualification; Precariousness of Teaching; Brazil and Portugal.

1 Considerações Iniciais

Neste artigo, far-se-á uma breve discussão de uma das categorias de análises que compôs a Tese de Doutorado da autora. Vale destacar, que uma etapa dessa pesquisa foi desenvolvida em Lisboa/Portugal, por meio de uma Bolsa de Doutorado Sanduíche concedida pela CAPES², no ano de 2017. Dos dados coletados, buscou-se uma aproximação entre Brasil e Portugal, propiciando uma interlocução teórica com autores/as que discorrem sobre os referidos temas.

A prática profissional em Portugal e no Brasil é historicamente determinada por condições econômicas, ideopolíticas e socioculturais objetivas e, de que, resulta e se explicita o desenvolvimento sócio-histórico do modo de ser da sociedade que a produziu.

Para a compreensão da prática profissional do Serviço Social é preciso apreendê-la em suas dimensões objetiva e subjetiva. É, necessário, estabelecer os nexos constitutivos

¹ Professor com formação em Serviço Social. Centro Universitário Unihorizontes. E-mail: <suenyathatiane@hotmail.com>.

² Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

entre a prática profissional e as relações sociais na sociedade capitalista com o intuito de apreender suas determinações sociais objetivas, sua direção social e o sentido a ela atribuído por seus agentes. Significa, ainda, afirmar que não há prática sem que haja intencionalidades, mesmo quando visam tão-somente atender a uma demanda emergencial como, por exemplo, inserir uma família em um programa de renda mínima, ou executar os procedimentos burocráticos para que um cidadão portador de necessidades especiais tenha acesso a uma cadeira de rodas, ou encaminhar um cidadão que necessita de atendimento médico-hospitalar para as unidades de referências, ou acompanhar e orientar um adolescente em relação às medidas socioeducativas, ou elaborar um parecer social (COELHO, 2008).

1.2 Percurso Metodológico

A corrente teórica que embasa a referida pesquisa, está alicerçada na perspectiva crítica, remetendo ao pensamento marxista. O método histórico dialético contribui para que seja desvendada a constituição do todo, através de aproximações sucessivas. Quando o método é definido, adota-se uma teoria de base, sem perder de vista a categoria da totalidade (PONTES, 2010).

A presente pesquisa foi desenvolvida sob um enfoque teórico-bibliográfico e prático, com pesquisa “in loco” que objetivou analisar, pesquisar, refletir e problematizar a formação profissional do/a Assistente Social na atualidade, através de um estudo aproximativo da realidade do Brasil e Portugal, em tempos de crise do capital.

Inicialmente, a mesma foi realizada através de pesquisa bibliográfica a revisão de Literatura: a busca por produções teóricas que contribuíssem analiticamente com a temática proposta. Para tanto, foi utilizada os seguintes métodos, os seguintes elementos de acordo com as orientações trazidas por Luna (1999): levantamento de dados em plataformas digitais; pesquisa documental em estudo dos currículos para o Curso de Serviço Social nos dois países; análise documental e entrevistas semiestruturadas.

1.3 O Perfil da amostra / cenário da pesquisa

Apresentaremos aqui uma síntese das instituições pesquisadas, para melhor visualização da natureza das mesmas, localização e grau de instrução. Importante ressaltar, que as instituições pesquisadas em Portugal se deram em maior número que no Brasil, em

virtude da abertura para pesquisa em outras universidades. Porém, o número de entrevistados os dois países foram os mesmos.

1.4 As instituições pesquisadas no Brasil e em Portugal

Foram três universidades pesquisadas o Brasil e o Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS/MG). Em Portugal, foram seis universidades e a Associação dos Profissionais de Serviço Social em Portugal (APSS).

Os cursos que foram pesquisados no Brasil estão descritos no quadro 1:

Quadro 01: Identificação dos Cursos de Serviço Social das Instituições Pesquisadas no Brasil

	SIGLA	INSTITUIÇÃO	Tipo Ensino	Natureza Jurídica	LOCALIDADE	Grau
1	PUC-Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Universidade	Privada Confessional	Belo Horizonte	Bacharelado
2	UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto	Universidade	Pública	Mariana/MG	Bacharelado
3	Unimontes	Universidade Estadual de Montes Claros	Universidade	Público	Montes Claros/MG	Bacharelado
4	CRESS/MG	Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais	Entidade de Classe	Pública	Belo Horizonte	_____

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Quadro 02: Identificação dos Cursos de Serviço Social das Instituições Pesquisadas em Lisboa

	SIGLA	INSTITUIÇÃO	Tipo Ensino	Natureza Jurídica	LOCALIDADE	Grau
1	ISCTE	Instituto Universitário de Lisboa	Universidade	Pública	Lisboa	Licenciatura
2	ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Universidade	Pública	Lisboa	Licenciatura
3	UCP-L	Universidade Católica Portuguesa de Lisboa	Universidade	Privado Confessional	Lisboa	Licenciatura
4	ULusíada	Universidades Lusíada	Universidade	Privada	Lisboa	Licenciatura
5	Lusófona-L	Universidade Lusófona de Lisboa	Universidade	Privada	Lisboa	Licenciatura
6	APSS	Associação dos Profissionais de Serviço Social de Portugal	Entidade de Classe	Filantrópica	Lisboa	_____

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

1.5 Perfil dos entrevistados no Brasil em Portugal

A seguir apresenta-se no quadro 1 o quantitativo de entrevistados no Brasil e em Portugal:

Quadro 03: Quantitativo de entrevistadas

QUANTITATIVO DE ENTREVISTADAS(OS) – BRASIL/PORTUGAL	
TOTAL DE PROFISSIONAIS ENTREVISTADAS (AS)	22
NÚMERO DE PROFISSIONAIS ENTREVISTADAS (OS) EM INSTTUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (I.E.S) - BRASIL	10
NÚMERO DE PROFISSIONAIS ENTREVISTADAS (OS) EM INSTTUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (I.E.S) - PORTUGAL	10
PROFISSIONAL REPRESENTANTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL MG	01
PROFISSIONAL PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL	01

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Como se pode observar foram 22 entrevistados, sendo 11 no Brasil e 11 em Portugal. Em Portugal as idades da amostra variaram entre 39 a 71 anos, enquanto que no Brasil as idades da amostra variaram de 31 a 61 anos. A maioria dos entrevistados em Portugal são doutores, sendo que apenas um possui somente a graduação. No Brasil apenas 5 são doutores.

Quadro 04: Perfil dos docentes e profissional Assistente Social entrevistados em Portugal

Nº	PERFIL DAS (OS) DOCENTES E PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL ENTREVISTADAS (OS) EM PORTUGAL				
	ENTREVISTADA(O)	IDADE	ESTADO CIVIL	TEMPO DE GRADUAÇÃO	NIVEL DE FORMAÇÃO
01	Docente 01 - PT	46 Anos	Solteira	25 Anos	Doutora
02	Docente 02 - PT	55 Anos	Divorciado	35 Anos	Doutor
03	Docente 03 - PT	39 Anos	Casada	21 Anos	Doutoranda
04	Docente 04 - PT	55 Anos	Casada	34 Anos	Doutoranda
05	Docente 05 - PT	40 Anos	Casada	18 Anos	Doutoranda
06	Docente 06 - PT	45 Anos	Casada	13 Anos	Doutora
07	Docente 07 - PT	65 Anos	Casado	41 Anos	Doutor
08	Docente 08 - PT	51 Anos	Casada	27 Anos	Doutor
09	Docente 09 - PT	41 Anos	Casada	19 Anos	Doutora
10	Docente 10 - PT	51 Anos	Solteiro	28 Anos	Doutor
11	Profissional - PT	71 Anos	Divorciada	51 anos	Graduação

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Quadro 05: Perfil dos docentes e profissional Assistente Social entrevistados no Brasil

Nº	PERFIL SOCIAL DAS (OS) DOCENTES E PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL ENTREVISTADAS (OS) NO BRASIL				
	ENTREVISTADA (O)	IDADE	ESTADO CIVIL	TEMPO DE GRADUAÇÃO	NIVEL DE FORMAÇÃO
01	Docente A - BR	35 Anos	Casado	10 Anos	Doutorando
02	Docente B - BR	52 Anos	Divorciada	28 Anos	Pós - Doc

03	Docente C - BR	39 Anos	Solteiro	14 Anos	Doutor
04	Docente D - BR	38 Anos	Casado	12 Anos	Doutor
05	Docente E - BR	59 Anos	Divorciada	36 Anos	Doutora
06	Docente F - BR	66 Anos	Divorciada	43 Anos	Doutora
07	Docente G - BR	56 Anos	Divorciada	33 Anos	Doutora
08	Docente H - BR	31 Anos	União Estável	13 Anos	Mestranda
09	Docente I - BR	34 Anos	Casada	15 Anos	Doutoranda
10	Docente J - BR	37 Anos	Casada	12 Anos	Mestre
11	Profissional-BR	50 Anos	Casada	30 anos	Especialista

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

2 Aspectos mercadológicos da Formação em Serviço Social no Brasil e Portugal

A crise no regime de acumulação capitalista do pós-1970 e a conseqüente reação burguesa, em âmbito mundial, desencadeou processos de reestruturação produtiva, a mundialização do capital, e o alastramento da ideologia neoliberal. No campo da educação, expandiu-se o processo de mercantilização da educação, particularmente em seu nível superior e localizado preferencialmente nos países capitalistas periféricos. Os currículos de Serviço Social sofreram alterações devido às exigências do sistema capitalista.

2.1 Brasil: Ensino EaD em Serviço Social e a Proliferação das instituições privadas

O Processo de Bolonha teve grande repercussão na América Latina. No Brasil, a contrarreforma do ensino superior ganha destaque no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas se prolonga até os dias hodiernos. Da mesma forma, o ensino superior, neste lado do Atlântico, é compreendido como mercadoria, proliferando-se os cursos no âmbito privado, em instituições não universitárias e também na modalidade à distância.

No caso brasileiro, o Serviço Social já havia consolidado um projeto de formação profissional vinculado a um projeto de profissão, o Projeto Ético-Político e por este, posicionou-se mediante tais processos em forma de resistência. Contudo, o Serviço Social no Brasil também sofreu os impactos das contrarreformas no ensino superior. A proliferação de cursos, em sua maioria privados, e a oferta significativa de vagas na modalidade à distância impactaram de forma considerável a profissão e a formação, alterando o perfil do Assistente Social brasileiro. No entanto, o Brasil (ainda) sustenta uma direção social crítica expressa no aparato jurídico-político que sustenta a profissão, como o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei 8662/93 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

A qualidade dos cursos à distância e a precarização do ensino superior é colocada em xeque como um problema na formação de profissionais. De acordo com Mészáros (2005) é necessária uma mudança nos paradigmas da educação que nos direcione para além do capital, ou seja, as modificações na educação devem promover uma transformação social criando alternativas para a promoção educacional diferente dos padrões que temos atualmente. É emergente o estabelecimento de uma educação além do capital que promova transformações não somente pensando em “servir” o sistema capitalista. Mais do que isso, as reformas na educação precisam ser profundas, englobando a totalidade das práticas pedagógicas na sociedade, relevando o fato que as escolas e as universidades são responsáveis pelo sistema de internalização. Esse processo é inevitável e deve ser coletivo, somente dessa forma será possível a criação de uma nova concepção de mundo contrário a lógica do capital. O autor defende que é preciso universalizar o trabalho e a educação como uma atividade auto realizadora garantindo a sua sustentabilidade.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996 é expressão desse processo, por estabelecer dispositivos jurídico-institucionais das alterações que viriam a ocorrer no quadro geral da educação e, em particular, na de nível superior. Com o objetivo de flexibilizar a operacionalização dos cursos, a LDBEN transforma os currículos mínimos em diretrizes curriculares e estabelece que os currículos possam ter 20% da carga horária em atividades semipresenciais ou que se constituam em 100% *online*, ou seja, na modalidade de ensino à distância. O aligeiramento da formação é algo requerido pela LDBEN como forma de construir um novo modelo de ensino superior preocupado com as necessidades do mundo do trabalho e a expansão do mercado universitário, conforme orientações dos organismos internacionais.

Podemos reafirmar este fato com a Entrevistada 4 BR:

Cresce os cursos a distância, hoje ficou muito difícil pra gente das escolas presenciais, principalmente, das privadas. É uma competitividade até desleal, podemos notar que há cursos à distância em qualquer lugar, toda esquina tem, com preços que a gente nunca consegue praticar. Mas, ao mesmo tempo, muitas vezes recebemos pessoas oriundas desses cursos que percebem que a formação não é a mesma coisa e não tem qualidade. (Entrevistada 4 BR).

A expansão do ensino superior, sob o discurso da democratização do conhecimento, vem responder mais a frações da burguesia, pela ampliação de mercados, acompanhada de precarização e fragilidade da qualidade do que suprir uma demanda da classe trabalhadora. A autora destaca que o crescimento do setor público nesse período foi importante, mas que, se comparado ao setor privado, é inexpressivo. Em duas décadas (1995-2015), o setor privado obteve um crescimento de 473,58% com 6.075.152 matrículas,

no ano de 2015, enquanto o setor público cresceu 178,66% ao longo desse período, passando de 700.540 para 1.952.145 matrículas. Da mesma forma que nos anos anteriores, a tendência de expansão foi em IES não universitárias, cujo crescimento foi de quase 500%, enquanto as matrículas em IES universitária obtiveram um ritmo de crescimento menor que 300%. Indo ao encontro do movimento iniciado no final da década de 1990, intensificou-se de forma ainda mais impressionante a expansão de matrículas na modalidade de ensino à distância, com um crescimento da ordem de 82.762,78% em 2015.

Para o Serviço Social, o impacto das contrarreformas do ensino superior foi significativo. De acordo com Pereira (2008), a partir de 1990, houve uma forte expansão do ensino em Serviço Social. De 1990 a 2002, foram criados 52 (cinquenta e dois) cursos de Serviço Social, a maioria no setor privado. Dos 52 (cinquenta e dois) cursos criados, 90,38% foram em IES privadas e 9,62% em IES públicas. Em análise da expansão no período dos 2 (dois) governos de Lula até o ano de 2009, Pereira (2009) destaca que as orientações mercantis permaneceram, marcando uma forte expansão dos cursos de Serviço Social de natureza privada.

Em relação à expansão dos cursos públicos de Serviço Social, Pereira (2018) ressalta que entre 2003 a 2016, os 13 (treze) anos de governo do PT (Lula – 2003/2010 e Dilma – 2011/2016), caracterizaram-se pelo período de maior expansão dos cursos de Serviço Social de natureza pública. Foram criados 34 (trinta e quatro), 235 cursos públicos, sendo mais da metade (23, vinte e três cursos, 68%) criada em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), “o que se relaciona claramente com o projeto de expansão das IFES - REUNI - por parte do governo federal” (p. 192). Depois das IFES, as estaduais somam 26% (09, nove) e as municipais 2 (dois) cursos, representando 6% dos cursos públicos de Serviço Social criados no período em análise. Atualmente, estão em atividade no Brasil, 585 (quinhentos e oitenta e cinco) cursos de Serviço Social na modalidade presencial e 68 (sessenta e oito) cursos na modalidade à distância. Por mais que o número de instituições seja menor, a quantidade de vagas ofertadas na modalidade à distância supera o presencial. Nesse quadro, o Serviço Social concentra o 3º maior contingente de matrículas nos cursos de graduação à distância, atrás da Pedagogia e da Administração. Essa expansão de cursos EaD, fez com que o número de profissionais aumentasse de forma expressiva, somando atualmente um contingente de 180 mil profissionais. “*Esse ensino Ead tem contribuído pra sucatear, desqualificar uma formação que a categoria lutou tanto tempo pra ter e está no nível de produção científica*”. (Entrevistada 6 BR).

Um dos impactos observados no processo de mercantilização do ensino superior foi a proliferação das instituições privadas. O curso de Serviço Social não ficou imune a essa tendência, os entrevistados mostram-se preocupados com a questão da desqualificação na

formação, com a questão do estágio e do acompanhamento do professor. De acordo com o Entrevistado 7 BR a EAD se embasa em um profissional que deve atender aos anseios do mercado *“que tende a um perfil muito específico funcionalista muitas vezes pragmático”*.

Em casos onde os alunos fazem transferência de uma instituição EAD para presencial, eles mesmos notam a diferença da qualidade no ensino. De acordo com os Entrevistados 4; 6 e 8 BR,

“Cresce os cursos a distância, existe uma incompatibilidade até desleal que tem entre o curso EAD e presencial não é a mesma coisa não tem qualidade. (Entrevistado 4)

“Esse ensino Ead tem contribuído pra sucatear, desqualificar uma formação que a categoria lutou tanto tempo pra ter e está no nível de produção científica” (Entrevistado 6 BR);

“O EAD fomenta a desqualificação profissional”. (Entrevistado 8 BR).

Vale ressaltar, que os cursos de Serviço Social em Portugal, ainda não são à distância. Sendo assim, preservam a qualidade da formação, sendo esta uma luta das entidades de classe da categoria profissional no Brasil.

Essa expansão de cursos tem consequências como a forma como o estágio é realizado, a desqualificação do processo formativo e o novo perfil formado a partir desses cursos. O Entrevistado 9 BR vai mais além apontando que a proliferação das EAD's estimula a precarização do ensino, já o Entrevistado 5 BR diz que:

Olha eu acho que nem tudo dá pra ser ensinado à distância. O Serviço Social é umas das profissões que eu não acho que dá pra ser ensinada a distância. O regimento da UFOP prevê que trinta por cento de cada disciplina da UFOP podem ser administradas à distância, mas como que eu vou trabalhar com o aluno que atende a seres humanos é preciso uma relação minimamente humana em fatos reais, é incompatível nesse ponto de vista. (Entrevistado 5 BR).

Diante dos dados expostos, verifica-se que a contrarreforma do ensino superior no Brasil trouxe graves consequências para o ensino em Serviço Social. Com a mercantilização das universidades e a precarização da formação profissional em Serviço Social na atualidade.

2.2 Portugal: Processo de Bolonha e o Aligeiramento da Formação

A contrarreforma do Ensino superior alastrada pelo mundo a partir de 1990 teve impactos significativos na formação em Serviço Social tanto no Brasil quanto em Portugal. Na Europa, o Processo de Bolonha introduziu um sistema de créditos como forma de padronizar o ensino superior, bem como garantir a mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores. As transformações propostas por Bolonha pautam-se pelas orientações dos organismos internacionais no processo de internacionalização da educação, nas quais concebem o ensino superior como um nicho de mercado.

O Serviço Social, produto e produtor das relações sócio históricas, não esteve imune a esse processo. Como Portugal não possuía legislações que amparassem a profissão, como Lei de Regulamentação, Diretrizes Curriculares e/ou Código de Ética Profissional, os cursos de Serviço Social se adequaram rapidamente às propostas de Bolonha, apesar da resistência de entidades como a APSS – Associação de Profissionais de Serviço Social e grupos de pesquisa. Essas adequações resultaram no aligeiramento da formação, bem como em um processo de credenciamento de todos os cursos conforme padrões europeus. O Processo de Bolonha influenciou os currículos para formação de profissionais de acordo com o Entrevistado 8 PT:

Com o Bolonha desagregou-se aquilo que era o primeiro ciclo do segundo ciclo e, penso que os primeiros permitem ficar com bons instrumentos, com uma ideia e com os fundamentos necessários para desenvolver de forma básica a intervenção. Porém, com Bolonha os ciclos foram diminuídos. Penso também que o mestrado é fundamental para exercer a profissão, pena não ser contínuo um mestrado integrado, sendo que o mestrado é que daria a base para uma maior reflexão e postura crítica. Portanto, acredito que somente o primeiro ciclo é muito básico. (Entrevistado 8 PT).

O Entrevistado 9 PT complementou:

Em 2012, se não me engano, foi feito um novo plano curricular que procurou colocar-se, digamos à frente, de acordo com as exigências que sociedade contemporânea coloca aos assistentes sociais, é um modelo que precisa se consolidar. Tivemos aqui o Processo de Bolonha, que ocorreu um “encurtamento” do Curso, temos que produzir cada vez mais licenciados em cada vez mais em menos tempo. Eu acho que chega a ser impossível formar assistentes sociais completos apenas no primeiro ciclo com tão pouca carga letiva e com sociedades cada vez mais complexas... realmente não é possível. (Entrevistado 9 PT).

A inserção de Portugal ao PB não foi fácil para o Serviço Social. De acordo com a Entrevistada 1 PT:

Foi um processo muito violento e foi muito doloroso. O primeiro ano de modificação foi muito difícil e os próprios alunos estavam todos contra o processo. Mas, o que procuramos é fazer no pouco tempo que temos, procurar fazer com o máximo de qualidade possível e termos a noção de que não fazemos milagres. Mas, não lhe digo que eu não faço isso com alguma frustração. (Entrevistada 1 PT).

Já a Entrevistada 3 PT disse que:

Não foi um processo fácil, para os professores e as próprias instituições com quem trabalho. Há muitas coisas que ainda estão vinculadas ao modelo antigo e o fato é que as pessoas formadas neste novo modelo não tem a mesma competência do que as pessoas formadas no modelo antigo. (Entrevistada 3 PT).

A Entrevistada 4 PT aponta desvantagens da adoção ao PB:

O processo trouxe desvantagens, aquilo que de fato vejo que trouxe como maior inconveniente é essa necessidade de incluir muita coisa em um curto espaço de tempo ou, então, não incluir. Duas coisas que eu acho muito importante que o processo trouxe foram maior transparência e maior clarificação das coisas para todos dentro do sistema, coisas que eram básicas e não existiam. O outro aspecto de Bolonha também interessante foi a mobilidade de criar um espaço universitário europeu, houve uma certa uniformização do ensino à uma equivalência do diploma em todo território europeu. (Entrevistada 4 PT).

O Entrevistado 6 PT é assertivo ao criticar o encurtamento do processo de formação, apontando que

Eu penso que esse foi o impacto fundamental que teve no caso do Serviço Social que reduziu de cinco anos de formação para três anos e meio. Significa reduzir a formação teórica, crítica e a própria formação em outras áreas científica de seguimento do Serviço Social. Em humanas isso pra mim é o impacto principal (Entrevistado 6 PT).

O processo de mundialização do capital supracitado envolve, além do processo produtivo, os serviços e funções do Estado. Dessa maneira, a educação não ficou isenta desse cenário. Como abordou-se anteriormente, o Processo de Bolonha é uma das expressões de como os serviços, anteriormente prestados pelo Estado, configuram-se em serviços regidos por instâncias supranacionais, com protagonismos dos organismos internacionais, como Banco Mundial, FMI, Unesco.

Relativamente ao processo de Bolonha, várias organizações de Serviço Social manifestaram-se no sentido de demonstrarem as suas posições quanto à reestruturação dos cursos. Tendo em conta esta política, constatou-se que o debate se centrou na duração da formação, na sua relação com o perfil de formação conquistado e na sua adequação ao mercado de trabalho.

Mas, ressalta-se que Docentes e autores do Serviço Social brasileiro que participaram, direta ou indiretamente desse processo de reconceituação, puderam contribuir de forma substancial para a qualificação acadêmica do Serviço Social em Portugal. Essa contribuição se expressa, com maior contundência, na década de 1980, sobretudo na luta

pelo reconhecimento do Serviço Social como grau de licenciatura a nível universitário, ocorrido em 1989.

O Protocolo de cooperação científica e intercâmbio, firmado entre o ISSSL e a PUC SP nesse período, foi fundamental para qualificar os docentes dos cursos de Serviço Social em Portugal, através de cursos de mestrado e, posteriormente, de doutorado em Serviço Social. O “*Terceiro Encontro*” foi, sem dúvida, o “*Grande Encontro*” entre o Serviço Social brasileiro e o português. A partir do intercâmbio com a PUC São Paulo, o Serviço Social português amadureceu teoricamente e, em 1997, abriu sua primeira turma de mestrado próprio de uma escola portuguesa, assim como em 2003 o primeiro doutorado em Serviço Social.

3 Considerações Finais

O desafio da formação do/a Assistente Social no Brasil é dar um salto de qualidade. Este novo projeto de formação profissional deve estar atento a ofensiva neoliberal, que se apresenta conservadora e privatista, reduzindo, significativamente, a função do Estado, que se torna cada vez mais mínimo.

Constata-se com muita preocupação à precarização generalizada do trabalho e, mais ainda, a do ensino, especialmente no que tange à supervalorização da sustentabilidade e operacionalidade, em detrimento da qualidade, no sentido amplo.

Se antes de Bolonha, na década de 1990, já havia ameaças em relação à precarização da formação em Serviço Social, no que tange à duração dos cursos, agora essa reflexão expande-se para o mercado de trabalho (ARAÚJO *et al*, 2018).

Este artigo teve por objetivo investigar os principais fenômenos que contribuíram para o sucateamento e aligeiramento da Formação Profissional em Serviço Social no Brasil e em Portugal. Um fenômeno observado em comum nos dois países foi a Mercantilização do Ensino Superior.

No Brasil, a nova ordem neoliberal, a partir de 2006, em nome da justiça social, o que se viu foi a proliferação de cursos de ensino superior, que resultou em mais profissionais formados com qualidade formativa questionável.

Em Portugal, esse fenômeno faz parte de uma crise do regime capitalista principalmente pós 1970, que estimulou o crescimento da ideologia liberal e a mundialização do capital. O maior impacto do sistema capitalista foi à inserção do currículo mínimo. O Processo de Bolonha é uma das heranças das tendências neoliberais. A adoção de Bolonha no Brasil foi chamada de contrarreforma do ensino superior ganhando destaque no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas que se prolonga até os dias atuais. Entre os efeitos do

PB está o tratamento da formação em Serviço Social como mercadoria, proliferando-se os cursos no âmbito privado, em instituições não universitárias e também na modalidade à distância.

Referências

ARAÚJO, CVB, SILVA, V, DURÃES, SJ. Processo de Bolonha e mudanças curriculares na educação superior: para que competências? **Educ. Pesque.**, São Paulo, v. 44, e174148, 2018.

COELHO, Marilene Aparecida. **Imediaticidade na prática profissional do Assistente Social**. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2008.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa**. São Paulo: EDUC, 1999. (p.80/88). Texto em pdf.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. **Revista Katálisys**. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 189-199, jan./abr. 2018.

PONTES, R. Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.